

TÉCNICOS E CAMPONESES EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA OU A CONSTRUÇÃO FICTÍCIA DA ACEITAÇÃO DO OUTRO¹

Bernadete Ramos Beserra²

RESUMO - Tal como foi proposta e implantada, a reforma agrária do Governo Sarney significou uma mudança radical nas identidades anteriores dos seus beneficiários. Este artigo reconstitui alguns momentos da trajetória da adequação dos assentados, categoria como passaram a ser designados os camponeses reformados, à sua nova identidade. Desenvolvido a partir do estudo de um assentamento da reforma agrária localizado no sertão do Ceará, este artigo focalizará a relação entre camponeses assentados e técnicos de instituições governamentais durante os primeiros anos da implementação da unidade. Esta relação, marcada pela preocupação do técnico de reproduzir em cada assentamento o que o Plano Nacional de Reforma Agrária propôs para todos, produz dificuldades de diversas ordens na vida desses assentados. Minha hipótese é que a impossibilidade de negociar ou produzir mudanças no plano leva-os a fingir que aceitam coisas que muitas vezes sequer entendem o significado. Também legitimada pelos técnicos governamentais, esta dinâmica dificulta muito o desenvolvimento de experiências mais adequadas e factíveis, de acordo com as possibilidades concretas de cada uma das diversas categorias de camponeses que a agricultura brasileira produziu e continua produzindo.

PALAVRAS-CHAVE: Nordeste do Brasil, Campesinato, Reforma agrária, Políticas governamentais, Identidades sociais.

ABSTRACT - For the majority of its beneficiaries in Northeastern Brazil, especially those who live in the Sertão, the Agrarian Reform brought about the

¹ Agradeço ao comentários de Russel Parry Scott, Salet Cavalcanti, Ghislaine Duqué, Maristela Andrade e Sônia Magalhães entre outros participantes do painel em que este artigo foi apresentado no IV Encontro dos Antropólogos do Norte e Nordeste em junho de 1995, João Pessoa, PB. Agradeço também as sugestões dos pareceristas e editores do *Boletim*.

² Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Professora assistente. Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba. Doutoranda em Antropologia na University of California, Riverside.

prospect of social change. In this article I will focus on the relationship between peasants, governmental planners, and technicians in the implementation of an agrarian reform unit in the state of Ceará. Called assentamentos by the planners, these units became a kind of laboratory in which each interested part played different and contradictory roles according to its specific concerns. The consequences of this game upon the peasants' lives will be explored through the way they interpret governmental plans and laws in their daily practices. My hypothesis is that the impossibility of negotiating or producing changes in the plans led them to pretend to accept things which many times they do not even understand. This dynamic, which is legitimated by governmental technicians, actually impedes the development of more adequate and feasible experiences, according to the concrete possibilities of each one of the several categories of peasants produced in the history of Brazilian agriculture.

KEY WORDS: Northeast Brazil, Peasantry, Land reform, Governmental politics, Social identities.

INTRODUÇÃO

Postulando uma solução para o problema do lugar da civilização ocidental na história humana, Lévi-Strauss (1976:350) observa que o fenômeno de uma civilização mundial é um fato provavelmente único na história, mas observa também que *“a adesão ao gênero de vida ocidental, ou a alguns de seus aspectos, está longe de ser tão espontânea quantos os ocidentais gostariam de acreditar. Resulta menos de uma decisão livre que de uma ausência de escolha. A civilização ocidental estabeleceu seus soldados, sua feitorias, suas plantações e missionários por todo o mundo; interveio direta ou indiretamente na vida das populações de cor; subverteu profundamente seu modo tradicional de existência, quer impondo o seu, quer instaurando condições que provocavam o desmoronamento dos quadros existentes, sem substituí-los por outra coisa. Os povos subjugados ou desorganizados só podiam, portanto, aceitar as soluções de substituição que se lhes ofereciam, ou, se não estavam dispostos a isto, esperar aproximarem-se delas o suficiente para estarem aptos a combatê-las no mesmo terreno. Sem esta desigualdade na relação das forças, as sociedades não se entregam com tanta facilidade...”*. Esta explicação tanto serve para percebermos os problemas criados pelas mudanças provocadas pela expansão do capitalismo nas ilhas trobriandesas, como no nordeste

brasileiro. O que é certo num caso, como no outro, é que o sistema capitalista, com uma história e uma economia peculiares, geralmente estranho às áreas que englobou, desenvolveu-se às expensas da desestruturação dos outros sistemas culturais.

O que, de um lado é a história do progresso da civilização ocidental, é também, de outro lado, a história da ruína de muitas outras culturas. Na história recente da expansão capitalista, o planejamento econômico tem sido utilizado para induzir ou impor mudanças nos sistemas culturais não-capitalistas, de uma maneira racional e padronizada, mas sempre em função dos interesses dominantes, que não hesitam em transformar em tendência o que sequer se anuncia, se isto convém aos seus propósitos.³ Entretanto, nem todas as tendências têm-se realizado e o campesinato tem sido um importante exemplo da possibilidade de convivência de várias lógicas sob o capitalismo. Essa possibilidade foi construída principalmente pelo próprio campesinato que, resistindo de diversos modos ao processo de proletarianização,⁴ obrigou tanto capitalistas como economistas e outros cientistas sociais a rever o modelo clássico de acumulação e reprodução do capitalismo. Tornando-se um dos melhores exemplos de que as tendências podem ser contrariadas, o campesinato também serve para mostrar que o capitalismo é ágil o bastante para articular diversas lógicas sob a sua hegemonia.⁵

³ Sobre essa transmutação do interesse em tendência é curioso o caso da produção agrícola familiar: a concentração econômica que impera em praticamente todos os setores da economia capitalista sugere que, a médio ou longo prazos, nenhum setor escape dessa determinação geral. Isto pode significar, para o planejamento econômico interessado na concentração, claro, que é necessário ir preparando o enterro do morto anunciado. Ou fazer de conta que o mercado para morrer já está morto ou sem função. Sem políticas agrícolas adequadas, ou com políticas claramente desfavoráveis é compreensível que o que era apenas uma sugestão possa se transformar em realidade. Apesar disto, e contrariando expectativas e políticas, a produção familiar não apenas resiste, como é fundamentalmente sobre sua base de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras inclusive nas nações mais desenvolvidas (Abramovay 1992).

⁴ Para um estudo sobre revoluções camponesas neste século (Wolf 1984).

⁵ Para uma explicação sobre como a reprodução do capitalismo também depende da sua articulação com outras lógicas econômicas (Luxemburg 1951). Especificamente sobre porque a empresa capitalista não está interessada em todos os ramos da produção agrícola (Nakano 1981).

Ainda que também resultado da luta dos camponeses⁶ contra as conseqüências da modernização que afetam negativamente as suas vidas, o Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA - do Governo Sarney não se torna uma exceção na política geral de modernização e desenvolvimento, não produzindo, portanto, mudanças significativas na realidade da concentração de terras e capitais na agricultura brasileira. Isto ocorre por dois motivos principalmente: a limitação do seu alcance e a sua forma de implementação. Das 1.400.000 famílias programadas para serem assentadas em todo o Brasil, entre 1985 e 1989, apenas 77.019 haviam sido assentadas até junho de 1989, de acordo com dados do INCRA. No Nordeste, essa porcentagem ainda foi menor, uma vez que das 630.000 famílias programadas, apenas 19.387 foram assentadas. Traduzindo em porcentagens teremos 5,5% de execução do programado para todo o Brasil, e apenas 3,08% para o Nordeste. No Ceará, por exemplo, até agosto de 1990, apenas 41 projetos de reforma agrária haviam sido criados, sendo 6 destes antes do PNRA.

Se o reduzido alcance dessa reforma agrária por si só já se constitui num problema, a forma como se dá a sua implementação, por outro lado, não é menos problemática, especialmente porque, na ânsia por resultados, e na etnocêntrica certeza da irrecusabilidade dos seus programas, os planejadores do desenvolvimento raramente se detêm no conhecimento das populações beneficiárias dos seus projetos. Mesmo a significativa presença de grupos de esquerda, tanto no planejamento quanto na execução do programa, não modificou substancialmente nem a direção nem o modo como os planos foram executados.

⁶ Sob o termo camponês estou relacionando aqueles trabalhadores agrícolas cuja produção é organizada com os próprios membros da família e em função de regras de parentesco. As diversas formas como se relacionam com a propriedade da terra produzem diferentes subcategorias: pequenos proprietários, moradores, posseiros, foreiros, etc. Ao longo deste artigo, utilizo diversos termos para me referir aos trabalhadores aqui focados. Quando fazendo referências gerais ao conjunto das pessoas estudadas, geralmente usarei camponeses ou simplesmente trabalhadores. Quando discutindo aspectos específicos da sua identidade, poderei usar, dependendo da situação, os termos moradores, ex-moradores ou assentados. Eles se autodenominavam moradores, mas passaram a se denominar apenas trabalhadores, agricultores ou simplesmente aceitar a denominação assentados, dependendo sempre de onde estão e com quem estão falando.

Tendo ficado tão distante dos planos, a execução de um programa abrangente de reforma agrária continua sendo reclamada, especialmente através do Movimento dos Sem Terra cuja ação, em muitos casos, tem-se transformado em notícia amplamente veiculada nos meios de comunicação de massa. Mas agora, como antes, muito pouco se discute sobre os aspectos sócio-culturais das mudanças propostas no programa. Em geral, considera-se que todas as comunidades *beneficiadas* têm as mesmas condições históricas e as dificuldades, insucessos e outros empecilhos continuam sendo vistos como se fruto da má-vontade, egoísmo, preguiça, etc. dos *beneficiários*. E na hora da avaliação dos resultados está sempre em questão a lógica do *beneficiário*, nunca a lógica daqueles que planejam.

Desenvolvido a partir de pesquisa realizada entre os *assentados* da Fazenda Califórnia, município de Quixadá, Ceará,⁷ este trabalho tem o objetivo de chamar a atenção para o encontro de duas lógicas, a dos camponeses, através dos *beneficiários* do PNRA e a do Estado, através dos seus técnicos.⁸ Trata-se do encontro de sistemas culturais diferentes e desiguais, em que um deles é evidentemente mais forte e, por isto, produz as regras do convívio: nomeia, planeja, estabelece critérios, financia, controla. Essa relação de desigualdade que se estabelece entre os camponeses beneficiários do PNRA e o Estado é claramente revelada inclusive pelo modo como eles passam a ser denominados pelos planejadores. No artigo *A Coletivização da Produção nos Assentamentos*

⁷ Venho estudando esse assentamento desde 1989, quando colhi os primeiros dados para a pesquisa Quadro Recente da Agricultura e Movimentos Sociais no Campo do Ceará (Quadro... 1991). Em 1991, com auxílio do concurso de dotações ANPOCS/Inter-American Foundation para pesquisas sobre populações de baixa renda no Norte e Nordeste, desenvolvi pesquisa sob o título Coletivo ou Individual? Impasses nos Assentamentos da Reforma Agrária. A partir de 1992, com a colaboração de Jacqueline Farias de Oliveira, Márcia Bitu dos Santos e Wellington Gomes Freitas, bolsistas de iniciação científica do CNPq, continuei a acompanhar a história do mesmo assentamento, mas então com o objetivo de observar, explicar e catalogar o aprendizado conseqüente das práticas coletivas e da experiência geral que o assentamento proporcionou aos assentados. Os textos nos quais os resultados parciais dessas pesquisas foram publicados estão catalogados na bibliografia deste artigo.

⁸ Essas lógicas estão fundadas e expressam posições de classe, mas tais posições não são tão facilmente identificáveis como é o caso da posição dos técnicos estatais nos assentamentos da reforma agrária. Estes têm a função de implementar e fiscalizar os planos propostos pelo Governo para o qual trabalham, mas não têm necessariamente de concordar ou discordar desses planos e, embora sejam geralmente vistos pelos assentados como personificação do "Governo", em alguns casos sentem-se tão fiscalizados e impotentes quanto aqueles.

de Reforma Agrária, Paula Andrade (1992:66) observa que os termos assentamento e assentado, assim como outros como beneficiários, por exemplo, são termos que, atribuídos pelos que planejam, encobrem os processos que levaram esses camponeses a merecer essa classificação. Afirma a autora:

O termo *assentado*, utilizado usualmente, sobretudo em alguns contextos, como categoria de autodefinição, é muito mais o resultado de uma classificação externa que (...) é produzida pela burocracia estatal. O próprio termo, em si, denota a ação de terceiros sobre os trabalhadores, ocultando uma ação anterior destes que, antes de serem alocados, relocados, fixados, *assentados*, lutaram renhidamente pelo direito de cultivar a terra. (...) Ao caracterizá-los como *assentados*, o Estado enfatiza sua própria ação sobre aqueles que insiste em considerar como *beneficiários* e não como sujeitos.

Nomear a categoria antes da sua existência é um bom exemplo da força do Estado nesse jogo, e das suas intenções de fazer valer os seus interesses. Esses interesses negam completamente os interesses dos camponeses, mas o Estado se comporta como se o seu desconhecimento dos possíveis interesses dos camponeses não tivesse a menor importância, afinal, o que importa são os interesses do *desenvolvimento*. Quando um encontro se baseia na negação antecipada do parceiro é razoável supor que a comunicação entre os sujeitos desse encontro se baseia sempre no que se espera do outro e não naquilo que o outro, de fato, é. Ou seja, quando o Estado atribui certas características à categoria assentado, ele passa a tratar os camponeses, que passarão a ser chamados assentados, de acordo com as características que ele, Estado, criou. Noutras palavras, ele não está considerando o que esses camponeses de fato são, mas o que ele estabeleceu que eles fossem, ou seja, *assentados*.

O objetivo deste artigo é observar, sobretudo através do encontro entre técnicos governamentais e assentados do PNRA, algumas estratégias das quais estes precisam se utilizar para sobreviver às dificuldades de uma identidade imposta.

Este texto está dividido em quatro partes. Esta Introdução, contém uma breve aproximação do tema e objetivos; a segunda parte, descreve e

explica como se constituiu a identidade de morador, em função das relações tradicionais de trabalho. A terceira parte, que mostra o processo de transformação dessa identidade a partir da luta que a comunidade desenvolveu pela desapropriação do imóvel. Finalmente, à guisa de conclusões, são discutidas questões sobre esse encontro, cujo substrato, a negação dissimulada do outro, impede a possibilidade de experiências mais produtivas e democráticas.

AS RELAÇÕES TRADICIONAIS E SUAS REFERÊNCIAS

A rigor, não tem muito sentido falar de tradições e relações tradicionais se não se tem em mente as alterações contínuas a que estão submetidas as estruturas sociais na linha do tempo. Isto significa que as tradições estão sendo sempre renovadas, até pelo simples, natural e desprezioso diálogo (conflituoso ou não) de gerações. Não há, portanto, tradições ou costumes estáticos e os fatores externos representam somente outra modalidade de interferência sobre a dinâmica das estruturas sociais. Têm-se, deste modo, dois padrões básicos de mudança: o endógeno, que se refere às transformações conseqüentes da dinâmica interna de um sistema cultural, e o exógeno, relativo às transformações produzidas num sistema para a assimilação de elementos externos. Como as mudanças endógenas desenvolvem-se quase imperceptivelmente, haja vista que, de algum modo, se processam no mesmo ritmo histórico da sociedade em que têm lugar, o mais comum é que a problemática relativa à mudança se construa em função das mudanças induzidas por fatores externos, ou seja, sempre que pensamos em transformações sociais, evocamos, como Linton (1976:350-368), processos de integração, isto é, processos de ajustamento de configurações culturais em função da entrada de elementos estranhos, não interessando, em geral, a natureza deles, pois a introdução de qualquer nova unidade cultural perturba o equilíbrio do sistema receptor. Não é, entretanto, a introdução de um elemento cultural qualquer que tem o poder de provocar o reordenamento semântico do sistema, ou seja, as dificuldades que acompanham a reintegração da configuração da cultura diferirão profundamente de um caso para outro, mas, de um modo geral, todo elemento que impõe modificações importantes na vida econômica tem o poder de acarretar todo um conjunto de modificações compensatórias.

E aí, como postula Sahlins (1990:7), pode-se “falar de *transformação estrutural*,, pois a alteração de alguns sentidos muda a relação de posição entre as categorias culturais, havendo assim uma *mudança sistêmica*”.

Se se percebe as descobertas, sejam na economia, na política ou na religião, como eventos excepcionais, tem-se como corolário que as mudanças, num sentido genérico, serão vistas, vividas e entendidas sob a aura da excepcionalidade, a não ser numa cultura onde tudo esteja constantemente se transmutando, o que não é o caso nem mesmo dos incessantes câmbios impostos pelo exagerado consumismo de tudo neste fim de século porque, visto de outro ângulo, esse excesso não quebra a constância da regra básica: o consumismo. Este pode, inclusive, para além das necessidades econômicas, ser visto como um ritual de conotações religiosas e estéticas. Mas as mudanças culturais ou os reordenamentos semânticos (se se aceita a cultura como ordem de significação, tal como propõe Geertz 1978), não representam absolutamente nenhum fenômeno excepcional, sobretudo se se considera que a cultura é historicamente alterada na ação, pois, se, por um lado as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural, por outro, se as circunstâncias da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais (Sahlins 1990:7-21).

O postulado da naturalidade das alterações culturais em consequência da atualização da cultura na ação não absolve o capitalismo das suas formas violentas de expansão e nem das consequências deste processo na vida das culturas dominadas. Não é, entretanto, do mesmo modo que essa expansão atinge todas as culturas, o que significa que há diferentes consequências de acordo com as características de cada uma, ou seja, há culturas que incorporarão a nova lógica com mais facilidade e menos danos, enquanto há outras que são completamente destruídas.

Em trabalhos anteriores,⁹ mostramos de que modo a lógica mercantil capitalista foi desestruturando relações de trabalho familiares vigentes nas

⁹ Ver Beserra (1993, 1995).

áreas reformadas. Demonstramos que, tanto o ritmo como a forma como o programa foi implementado produziram e ainda produzem muitas dificuldades na vida dos assentados. Considerando que a transformação das relações tradicionais de trabalho em formas ágeis e modernas será um dos pressupostos básicos deste programa de reforma agrária, como de outros, é razoável supor que as mudanças produzidas nas práticas sócio-econômicas desses trabalhadores não são superficiais nem assimiláveis sem a produção de maiores distúrbios. São, ao contrário, mudanças que têm o poder de desestruturar completamente o sistema cultural anterior.¹⁰ Vejamos, a propósito, um extrato do diário de campo, em que comentamos as dificuldades introduzidas na organização do tempo do assentado:

Em janeiro de 1993, em uma das minhas tantas viagens de campo à Fazenda California, recebi de um dos assentados um pedaço de papel, mais ou menos do tamanho da metade de uma folha de caderneta de bolso. Este papel continha a relação dos dias de trabalho dados por este trabalhador ao programa de compra e melhoramento do plantel de bovinos do assentamento, financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Estavam anotados, a bem da verdade e sem outras referências, apenas alguns numerais: 1, 2, 1, 2, 2, 1, 3, 2, 3, 2, 3, 4. Estes números representavam a quantidade de dias de trabalho que ele dera por semana ao projeto nos últimos três meses. Era a sua resposta a uma pergunta que lhe fizera uns dois dias antes quando, pela primeira vez, entrevistei-o no roçado. Eu lhe perguntara, então, como era que ele dividia o seu tempo entre o roçado coletivo, o roçado individual e o cuidado com o gado, que significa também o cuidado com capineiras, currais e o trato com o gado propriamente. Na ocasião da pergunta ele me disse que trabalhava um pouco em cada coisa, mas eu insisti para saber mais ou menos quanto ele trabalhava em cada uma delas. Ele disse que não tinha condições de responder logo, que iria pensar e depois me diria. Foi quando trouxe-me esse papel com esses números anotados. Explicou-me o que significavam e acrescentou o seguinte: Desde que começou esse projeto de reforma agrária que eu não tenho dia nem hora para trabalhar. Acordo de três para quatro horas da

¹⁰ Ver Linton (1976); Mair (1979); Oliveira (1983) e Sahlins (1990).

madrugada e o dia ainda é curto para o trabalho que tenho que fazer: É roçado coletivo, é roçado individual, é reunião, é comida das vacas, é tanta coisa! E cadê o resultado?

Ele não era o primeiro assentado que se referia às dificuldades de dividir o seu tempo entre tantos afazeres, a maior parte dos quais resultante das novas formas de organização do trabalho e da produção na fazenda, a partir da desapropriação e imissão de posse do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, na área. Mas ele era o primeiro assentado que demonstrava, com clareza, a angústia que provocaram todas essas mudanças nas suas práticas sociais. Se o sentimento da perda do controle sobre o tempo¹¹ era logo perceptível ao início de várias conversas e observações, não era, no entanto, o único sentimento negativo que os assentados expressavam em relação ao programa. Por outro lado, é justo e razoável acrescentar que nem só de sentimentos negativos viviam ou vivem os assentados e que, apesar de todas as referências ao passado, raramente expressam o desejo de retorno às condições anteriores, a não ser aqueles assentados que se sentem afetivamente ligados aos ex-patrões e seus parentes, e mesmo estes têm percepções variadas de acordo com a situação melhor ou pior que vivenciam agora. Em sendo assim, as críticas feitas à execução local do PNRA projetam esses trabalhadores para várias direções, mas nenhuma delas sugere o passado.

No processo de adequação à identidade de assentados da reforma agrária, esses camponeses se submetem a um profundo processo de mudanças que desestrutura não apenas as relações anteriores de trabalho, como também todo o sistema de referências ligado a elas. Embora nenhuma identidade se construa sem conflitos, supõe-se que quando identidades são impostas os conflitos podem ser mesmo mais profundos. Para esses ex-moradores,¹² cuja identidade anterior foi plasmada na relação com um antípoda definido, o patrão, são notáveis as dificuldades

¹¹ Sobre o tempo para os camponeses, ver Linhart (1976).

¹² Ao contrário dos moradores, os pequenos proprietários, por exemplo, não se constituem como categoria sócio-econômica por força da relação direta com o patrão, mas da relação de propriedade com a terra na qual trabalham. É verdade, porém, que antes, quando o Estado não era ainda o provedor dos serviços básicos de saúde, educação e transporte, eram os patrões que cumpriam esta função e, assim, todos os pequenos produtores, ainda que fossem pequenos proprietários, viviam de um certo modo na dependência de algum senhor, de algum coronel (Beserra 1991:42).

impostas pelo novo modo de vida, mesmo considerando as prováveis vantagens que deste os trabalhadores em questão podem teoricamente auferir.¹³ Poderíamos observar que esses camponeses aos quais estamos nos referindo lutaram pela identidade que hoje de um certo modo refutam, ou seja, lutaram pelo que hoje têm. Mas isto não é verdade porque eles negam que tenham lutado pelo que têm. De fato, eles constantemente afirmam que lutaram pelo direito de trabalhar individualmente à terra, e não *coletivamente*, como passa a ser *proposto* pelo INCRA. Do Governo ou da Reforma Agrária, esperavam diferentes ajudas: o direito de cada um cultivar o seu *pedaço de chão*, crédito, escola com séries mais avançadas para os filhos continuarem trabalhando e estudando, alfabetização de adultos, criação de um posto de saúde no qual pudessem ser atendidos uma ou duas vezes por semana, sem a necessidade de se deslocar para a cidade mais próxima, Quixadá, que fica a cerca de uma hora de ônibus. Embora a situação que passam a vivenciar não confira exatamente com as noções que tinham (e que muitos ainda mantêm) de liberdade e reforma agrária, as dificuldades que sentirão certamente não podem ser explicadas apenas pela mudança de posição social, isto é, pela passagem da categoria de moradores, sujeitos ao patrão, à categoria de assentados da reforma agrária. Mas conjugando direção, ritmo e forma dessas mudanças, é possível encontrar algumas das explicações que buscamos.

Mesmo a compreensão do assentamento como um processo de mudança radical não permite supor que a identidade anterior estivesse congelada na forma primitiva da sua constituição naquela comunidade, inclusive porque a sua história recente (últimos 40 anos) permite afirmar exatamente o oposto, isto é, que o modelo original foi alterado historicamente. É possível até asseverar que foi essa acumulação histórica de pequenas alterações que forjou as condições necessárias ao estabelecimento das mudanças mais radicais, que, em dado momento, ali tiveram lugar.

¹³ Ao menos na fase inicial, o assentamento produz um crescimento evidente da renda familiar, através dos créditos (de investimento e custeio) específicos do programa de reforma agrária, e da facilitação do acesso a outras linhas de crédito para pequenos produtores. Por outro lado, a fase inicial é também muito confusa e demanda muito tempo em reuniões e viagens para a resolução de questões burocráticas na cidade fazendo com que em muitos casos os assentados não possam preparar seus roçados para a próxima colheita.

Tem-se, então, de um lado, uma tradição ou uma identidade que se foi formando historicamente em função de determinadas relações sociais, no caso em estudo, a identidade dos trabalhadores se constituiu sobre o esteio das relações tradicionais de trabalho, as quais conjugavam elementos como a sujeição do trabalhador ao patrão através do controle sistemático de aspectos econômicos, sociais e pessoais da sua vida com a segurança do acesso à terra e da proteção, que não era apenas econômica, mas também política.¹⁴ Embora, em termos básicos, a morada relacionasse os elementos mencionados, sofria pequenas variações tanto do ponto de vista espacial quanto temporal, isto é, a morada variava de uma propriedade ou de um patrão para outro, assim como sofria pequenas alterações à mercê da passagem do poder de uma geração para a outra. Neste caso, as alterações sempre implicavam novos arranjos, embora estes não tivessem repercussões nas características fundamentais do sistema. Deste modo, pode-se assegurar que as diversas gerações de patrões que passaram pela comunidade, apenas retocaram os tons de uma antiga e mesma pintura.

Pode-se afirmar, também, que a relação da morada produz trabalhadores com características específicas, trabalhadores cujas características, inclusive de personalidade, acabam por se submeter às regras gerais do sistema que tem na submissão um dos mais importantes sustentáculos. Senão, vejamos: se o trabalho e a produção eram organizados pelo patrão não havia razões para os trabalhadores se preocuparem com isto; da mesma forma ocorria com o comércio e os financiamentos bancários. Inclusive, certas habilidades tornam-se “naturalmente” descartadas para determinadas posições sociais. É ilustrativa a resposta de um dos presidentes da associação dessa comunidade ao meu questionamento sobre por que ele não sabia ler: *Você quer saber de uma coisa? Eu nunca gostei de perder tempo! Quer dizer, se nos seus horizontes havia apenas o trabalho agrícola, para que se ocupar com coisas desnecessárias à execução deste? Afinal, parafraseando Bourdieu (1983:63), as vocações acabam sendo sempre vocações possíveis em função do lugar social de quem as almeja, pois “as práticas se expõem sempre a receber sanções negativas, portanto um reforço secundário*

¹⁴ Para um estudo sobre a morada, ver Heredia (1979); Garcia Jr. (1983) e Palmeira (1977).

negativo, quando o meio com o qual elas se defrontam realmente está muito distante daquele ao qual elas estão objetivamente ajustadas. Compreendemos, na mesma lógica, que os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas habitus que são produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente.”

Os moradores,¹⁵ em geral, por conseguinte, eram socializados dentro das referências práticas e ideológicas da morada, sendo desestimulados à experimentação de outras possibilidades. E, se não fosse pelo período de transição da velha para a nova identidade, isto é, se não fosse pela *luta*, poder-se-ia afirmar que tudo mudou quase que num passe de mágica, pois a nova identidade, embora tenha em comum com a anterior um certo sentimento de aprisionamento, conforme veremos a seguir, está fundada em bases completamente diferentes.

O LUGAR DA LUTA NA CONSTITUIÇÃO DA NOVA IDENTIDADE

No caso em estudo, os assentados têm atribuído fundamentalmente dois sentidos ao termo *luta*. O primeiro, mais amplo, refere-se ao conjunto dos acontecimentos que se sucederam na comunidade quando esta se insubordinou contra a venda da fazenda a terceiros, sem ter sido consultada sobre o seu interesse de compra. O segundo, mais específico, refere-se ao período em que os moradores estiveram de sentinela com o propósito de impedir a piquetagem da terra pelos compradores. A guarda montou-se estrategicamente na mata por um período de dois dias e, neste

¹⁵ Entre os moradores, apenas o vaqueiro tinha um tratamento diferenciado, pois era o único a quem o sistema oferecia a possibilidade de mudar de posição social através dos ganhos auferidos em consequência da função ou, como eles próprios dizem, da sorte. Naturalmente, em face de ser uma espécie de sócio, era estimulado a ter também um comportamento de sócio, mas esta sociedade tinha limites, não apenas econômicos, como sociais, e apesar do prestígio que gozava entre os demais trabalhadores, não participava, por exemplo, da categoria de pessoas com quem o patrão gostaria de ver as suas filhas casadas.

ínterim, esteve armada com os instrumentos usuais do trabalho rural, além de pedaços de pau e das armas de fogo que costumam usar para a caça de pequenas aves, preás, tejos e outras caças do sertão.

A luta é o marco a que todos se referem na constituição da identidade de assentados, sendo a participação dela o principal definidor na classificação dos beneficiários daquele assentamento.¹⁶ É imprescindível antecipar que, constituída rito de passagem na transição da identidade de moradores para a identidade de assentados, a luta simboliza mais do que aquilo cujas conseqüências conseguiram edificar. Isto se torna evidente numa grande quantidade de depoimentos relativos às expectativas que esses moradores tinham da reforma agrária e pode ser visto numa considerável quantidade de atas das reuniões da associação do assentamento. Na ata do dia 29/06/87, por exemplo, quando, a propósito da discussão sobre os direitos do aposentado no assentamento, estavam em discussão os critérios de classificação dos assentados e as formas propostas de divisão da terra para o trabalho, foram feitas as seguintes anotações:

Os velhos aposentados disseram que não queriam os créditos e sim o direito de trabalhar na terra enquanto tivessem força (...) 'Eu estou achando que o plano do governo está desvanecendo a luta. Se o cara lutou, se sujeitou a matar e a morrer e agora alguns tem até que ficar de fora. Lutou oitenta homens e vai ficar só vinte? Será que vai ter que lutar novamente?' (...) A terra era do proprietário e agora é do INCRA, mas as benfeitorias é do trabalhador! (...) Outros ainda falaram que não sabiam se reforma agrária era deste jeito, pensavam que após a luta pela terra teriam facilidade de conseguir o crédito, sem muita complicação. Foi dito também que mesmo com esse movimento ainda não se achavam livres, que as pessoas se acham muitas vezes como escravos, pois todo mundo vinha saber de suas vidas, de suas lutas, etc.

A luta, pois, como afirmamos em trabalho anterior (Beserra 1995:2), *parece ter sido, sobretudo, o momento no qual aqueles trabalhadores*

¹⁶ Embora nos estejamos referindo especialmente ao assentamento da Fazenda Califórnia, a afirmativa é verdadeira para a quase totalidade dos assentamentos do PNRA no Ceará e para a totalidade daqueles assentamentos cuja ocupação da terra se deu a partir de orientação do Movimento dos Sem Terra.

venceram as barreiras de um medo secular de enfrentar o próprio medo; o modo como se constituiu e as suas conseqüências mais imediatas demonstram que ela foi o móvel de um reconhecimento que nenhum deles supunha possível em existência(...) Os trabalhadores se referem à luta como a uma espécie de batismo. Batismo de fogo, no caso. Mas oportunidade de se verem, pela primeira vez, fora dos referentes usuais da submissão, do patriarcalismo. Oportunidade de assumirem o papel dos heróis de quem sempre ouviram falar, mas dos quais mantinham a distância que se costuma manter entre realidade e fantasia.

Autora do incipiente sentimento de cidadania nesses trabalhadores, a luta vai ser referida em momentos de importantes decisões relativas à organização ou gerência do trabalho no assentamento e também em momentos de avaliação da vida atual, sobretudo quando eles comparam os frutos da luta com as expectativas gestadas durante o seu processo. Para os fins deste texto, é suficiente dizer que a reforma agrária efetiva ficou bastante distante dos ideais que esses trabalhadores passaram a nutrir durante a luta que culminou com a desapropriação do imóvel. E, ao contrário da liberdade que sonhavam alcançar, tiveram como destino a ambigüidade conflituosa do coletivo,¹⁷ situação que os leva, no limite, à idealização da vida sob as antigas regras da morada.

Através da luta esses trabalhadores iniciam o desvendamento de um universo de cuja existência muitos sequer desconfiavam. Nesse processo de descoberta, uma importante estrutura de mediação entre eles e os poderes definidores dos seus destinos é desvelada juntamente com outros poderes e hierarquias. Nessa fase de ruptura com o sistema anterior, esses ex-moradores se apoiaram no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Comissão Pastoral da Terra. Na verdade, serão estes apoios que permitirão a sua permanência na luta, exatamente como observou Wolf (1984:348):

¹⁷ Do mesmo modo que assentados e assentamentos, a categoria coletivo também foi proposta pelo INCRA. Esta categoria constituir-se-á num dos elementos centrais na definição da identidade de assentado. Sobre este assunto, ver Paula Andrade (1992). E para um estudo sobre as práticas coletivas em assentamentos da reforma agrária, ver Damasceno (1992) e Beserra (1995).

“O camponês pobre ou o trabalhador sem terra, que depende de um senhorio quanto à maior parte ou mesmo à totalidade de sua subsistência, não possui poder tático: está completamente dominado pelo seu empregador e desprovido de recursos próprios suficientes que lhe sirvam na luta pelo poder. Por conseguinte, é improvável que o camponês pobre e o lavrador sem terra tomem o partido da rebelião, a não ser que possam confiar em um poder externo para desafiar o poder que os constrange.”

Desde o contato com esses primeiros intermediários, os moradores da Fazenda Califórnia observaram a necessidade da adoção de novas regras de comportamento, embora o silêncio diante do que se desconhece tenha permanecido como regra geral. Será a partir do relacionamento com esses novos aliados que a possibilidade de uma nova identidade começará a se esboçar. Essa identidade que passa a se esboçar também faz parte de uma narrativa que não é a sua, embora politicamente favorável à sua causa. Ou seja, quando os problemas entre esses ex-moradores e o ex-patrão começaram a se agravar e eles procuraram a ajuda do STR, este já tinha idéias e estratégias determinadas sobre como proceder em casos como aquele. Idéias estas relacionadas com expectativas alimentadas em função das lutas às quais estava vinculado. Deste modo, embora o STR seja o representante de trabalhadores rurais e camponeses, nem sempre os seus projetos coincidem com os diversos projetos das diversas categorias que representa, o que torna compreensível a existência de diversos projetos de reforma agrária.

Esses camponeses observam que se é possível haver divergências dentro do próprio STR, é ainda mais aceitável que haja divergência entre este e a CPT, por exemplo. Não é, portanto, em unísono que os diversos mediadores cantam. No entanto, acredita-se que essas pequenas disputas não tenham atrapalhado o movimento mais geral de organização dos trabalhadores rurais para a luta pela reforma agrária. Além disto, naquele momento, o poder e os interesses desses mediadores não ultrapassarão o momento da luta, tanto que contabilizam a eficácia da sua atuação pela quantidade de terra desapropriada, inclusive porque sua interferência se interrompia aí.¹⁸ Somente nos fins da década de 80 é que esses mediadores passarão a se preocupar mais sistematicamente com questões relacionadas

à produção e produtividade dos camponeses, passando muitas vezes a interferir diretamente na sua lógica com o objetivo de experimentar novas tecnologias.¹⁹ As disputas entre mediadores não são indiscriminadamente observadas por todos os assentados, mas especialmente por aqueles que, sobressaindo-se na liderança do grupo, estabeleceram contatos além daqueles que se deram no território do assentamento. Disse-nos, em maio de 1989, o então presidente da associação dos trabalhadores desse assentamento:

...O sindicato ficou mais com a gente porque a gente tinha mais contato com o sindicato mesmo. Ficou mais o sindicato do que a Igreja. A Igreja, tinha os Encontros da Igreja, que a gente aqui ia representar, ia explicar a luta pro bispo, isso também agilizou muito. Veio carta dos bispos apoiando a luta daqui. Foi carta pra outros cantos, que foi feita através da CPT, dando apoio à luta daqui e espalhando a história, mas o sindicato andou mais constante.(...) Em Quixadá existe esse problema: o sindicato e a Igreja não trabalham juntos, é separado o trabalho deles. Tem gente da Igreja que não se dá com o pessoal do sindicato. E quando um vinha o outro não vinha. Aí ficava esse negócio que acho que até hoje ainda é assim. - (E por que eles não se dão, você sabe?) Eu acho que sei, mas isso aí não é praticamente a Igreja, mas algumas pessoas da Igreja, um ou duas pessoas que não gostavam do advogado do sindicato...

A lógica fragmentária do mundo com o qual passam a se relacionar constituir-se-á num dos grandes problemas da assimilação da identidade de assentados. Donatários de uma compreensão circular da história, que vê o mundo com começo, meio e fim e com personagens bem caracterizadas,

¹⁸ Pode-se explicar os limites dessa interferência em termos mais gerais e em relação a uma perspectiva de ação das oposições que, até 1985, era apenas a de contestar o regime político sem contar, ainda, com a possibilidade do exercício do poder. A partir daí, e a experiência do PT na Prefeitura de Fortaleza representa um marco, as oposições passam a vislumbrar o período posterior à luta como espaço no qual poderiam e deveriam interferir, sobretudo no caso de conquistarem os poderes governamentais regionais, locais ou nacionais.

¹⁹ A preocupação com a organização do trabalho e da produção agrícolas incorporará o modelo da sustentabilidade que vinha sendo experimentado por organizações não governamentais que se dedicaram à questão, no caso do Ceará, merece destaque o trabalho do Centro de Pesquisa e Assessoria - ESPLAR.

sentirão grande dificuldade para apreender as razões e o conteúdo da lógica retilínea e fragmentária que começará a norteá-los (Paz 1976). Nunca sabem exatamente o conteúdo e os limites dos poderes que se lhes apresentam através dos técnicos das diversas instituições governamentais. Concretamente, a ausência do patrão é um dos problemas da identidade em gestação, e o outro é o relacionamento com uma grande e diversificada quantidade de pessoas que intermediam a sua relação com o atual e despersonalizado proprietário, o Estado. A essas pessoas - os técnicos das diversas instituições governamentais -, é atribuída a função de executar e fiscalizar as etapas dos planos do proprietário-patrão. A multiplicidade de interesses na implantação dos assentamentos enseja disputas e conflitos e as distintas origens e pertinências políticas dos atores forjam as mais diversas e esdrúxulas orientações e comportamentos.

Tomar-se-ão dois casos para a visualização do problema, ambos relacionados a mudanças propostas no âmbito da produção, pois, neste âmbito, os assentados têm condições de avaliar com agilidade os riscos das mudanças e a disposição que têm de pagar para ver.

Em maio de 1989, observando alguns sacos encostados na parede da casa de um assentado e indagando-lhe sobre o conteúdo, recebemos a resposta:

“...Isso é uréia, foi a EMATERCE que trouxe esse adubo pra fazer uma experiência de um hectare de feijão e um hectare de milho adubado pra ver qual era a diferença que ela ia dar pra nossa produção aqui, né? Porque aqui ninguém considera que o adubo aumenta a produção porque a terra já é excelente...”

- E a experiência?

- Esse ano ninguém fez, o tempo passou, todo mundo muito atarefado de serviço, aí ninguém fez a experiência...”

Este caso será interpretado após a descrição de um outro, que tem como coadjuvante outra instituição governamental, no caso, a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará. No Plano de Ação Imediata (PAI) desse assentamento ficou definida uma área de 68 ha. para a agricultura irrigada. Essa gleba formaria um extenso roçado que seria explorado por todas as famílias assentadas, coletivamente. Ao invés da área prevista no PAI, foi

preparada uma área de 61ha., pois era este o número de famílias que, afinal, foram as beneficiárias iniciais do projeto. Para ajudar a compor o quadro das dificuldades desses assentados com os técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos, basta dizer que houve problema até em relação à quantidade de terra irrigada e à quantidade divulgada pela Secretaria. Disse-nos, sobre o assunto, em 1989, o então presidente da associação:

“...Esse projeto de irrigação desde o começo que existe problema. A secretaria fez o levantamento da terra, fez tudo e aí colocou: 70ha! Na realidade, hoje só dá 59, dá 61 com os dois hectares que estão em experimentação pra no verão plantar uma cultura extra, não plantar a mesma que a gente está plantando. Então só existe 59. E nessas placas velhas que tem por aí diz que é 70, o pessoal pensa que é 70, mas não tem 70 ha. (...) Nós já discutimos com o pessoal, aí: ‘Não, isso não importa, vocês estão pagando é pelos 59’. Mas esse mês nós já convidamos o pessoal lá pra fazer uma reunião aqui com a gente, pra gente desmanchar essa coisa todinha e botar em pratos limpos. (...) O mais problemático nesse projeto é a fase de conclusão. Existem muitos buracos, carradas de pedras que era pra ter feito o dreno, e nada disso foi concluído. Os caras da Secretaria vieram aqui praticamente rebolar o projeto pra gente. Chegou e rebolou, por exemplo: ‘Nós trouxemos um projeto pra vocês e vocês tem que assinar’. (...) Nós já denunciemos pra CEPA,²⁰ pedimos a CEPA que viesse aqui fazer uma reunião com a gente pra gente explicar várias coisas e nada de aparecer ninguém! Está acontecendo um problema grave, o rio pode transbordar por dentro da ‘croa’,²¹ há essa possibilidade porque os canais estão abertos e eles nada concluíram, não fizeram nada e nós temos que desmanchar muita coisa.”

Mas se o presidente da associação se refere aos problemas relativos à conclusão, outros assentados se referem a problemas desde a introdução. Vários deles, inclusive aproveitando o ensejo para criticar o primeiro presidente da associação contaram que faltou respeito dos técnicos da Secretaria com os assentados, desde o momento em que definiram o

²⁰ Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

²¹ Designa-se croa, croinha ou coroa, o baixio, persistente ou temporário, produzido por aluviões, nos estuários e no baixo curso dos rios e lagoas (Ferreira 1980:386).

período de preparação do roçado irrigado. Argumentando que, com irrigação, não precisaria mais de data certa para plantar, os técnicos estabeleceram os meses de abril e maio de 1987 para a chegada dos tratores que gradeariam a terra. Em fins de abril, entraram em contato com o presidente da associação para comunicar que, nos primeiros dias de maio, estariam trazendo as máquinas para o início da obra; pediam-lhe que providenciasse junto aos outros assentados a retirada do que porventura estivesse plantado na área. Muito contrariados, os assentados começaram a colher prematuramente a safra daquele ano, perdendo cerca da metade do que poderiam colher no tempo adequado. Somente dois ou três meses depois, os técnicos chegariam com suas máquinas. O assentado que primeiro nos contou essa história disse que a única pessoa que salvou sua safra foi o então presidente da associação, mas este se defende dizendo que não houve má fé da sua parte, que só conseguiu salvar a colheita porque não estava com tempo de colher na época requisitada pela Secretaria, e resolvera deixar o trator passar por cima de tudo.

Os dois casos relatados mostram claramente os ruídos presentes na comunicação que se estabelece entre técnicos e assentados, embora o segundo caso represente melhor o objetivo de mostrar por que os camponeses em geral desconfiam dos funcionários do governo a serviço do *desenvolvimento*. O caso da uréia, embora menos explorado, também demonstra a descrença e o desinteresse dos assentados pelas soluções ou sugestões dos técnicos. As explicações deste comportamento são pouco complicadas.²² No caso do adubo, somente muita confiança no técnico justificaria que os assentados deixassem a sua forma tradicional cujos resultados já conheciam para aventurar novas possibilidades num momento decisivo, como o do plantio, e em meio a tantos afazeres. Não se tratava de adubar todo o roçado e por em risco a safra e o trabalho de todos, como o próprio assentado afirmou. Tratava-se apenas de uma experiência, mas mesmo isto demanda tempo e outros incentivos. O tempo, como visto no depoimento da página 121, tem-se tornado um bem sempre mais escasso a

²² Para um estudo mais detalhado sobre as razões por que certos camponeses aceitam ou não determinadas propostas de mudança, ver Foster (1964).

partir do assentamento; e os outros incentivos, tudo indica, não eram bastante convincentes, pois, se a terra já era excelente, para que adubar?

Quanto aos técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos, não há muito o que comentar, já que a história, tal como descrita, já explica e também justifica muito da desconfiança dos técnicos e outros visitantes que, volta e meia, aparecem no assentamento. A interferência permanente desses técnicos em suas vidas é algo que incomoda praticamente a todos os assentados, pois sentem-se vigiados, principalmente porque não compreendem muito bem as diversas funções que desfilam pelo assentamento e falam de necessidades imperiosas de fazer as coisas de determinados modos, sob várias penas. Mas não é apenas de rejeição o sentimento dos assentados pelos técnicos e demais visitantes. Aliás, os sentimentos em jogo estão longe de ser unívocos ou unidirecionais. Os forasteiros, muitas vezes, representam também a possibilidade do conhecimento das coisas deste mundo do qual começam a fazer parte. Percebem que a compreensão das suas regras é a senha de que precisam conquistar para a superação definitiva do seu passado de submissão e a sua imersão num presente que, a despeito de confuso, parece oferecer melhores possibilidades do que o passado. O diálogo abaixo é parte de uma conversa que tive com o meu anfitrião, também assentado, em janeiro de 1991.

B - Como era que vocês viviam antes do assentamento?

Z - Bom, a gente vivia bem, mas pra mim hoje a gente tá vivendo melhor.

B - O senhor acha que é por quê?

Z - É porque muita perseguição que tinha não tem...

B - Perseguição como?

Z - Assim, por exemplo, do patrão porque a gente tinha uma forragenzinha, criava um bichinho, quando dava fé ele tinha vendido a forragem pra outro fazendeiro. O fazendeiro tinha comprado porque queria dar de comer pros gado, né? Aí aquele bichinho que a gente tinha, um animalzinho, ficava com fome.

B - O patrão vendia a forragem de vocês?

Z - Era, a gente plantava porque, por exemplo, fez algum roçado, aí aquele roçado de milho, feijão, aí fica aquela palha de milho, de feijão, sobra de algodão, porque quando a gente acaba de apanhar aquele algodão, aquele algodão que fica verde, sem ramar, aquilo é comida dos bichos. (...)

B - E hoje, como você se sente aqui?

Z - É, eu tô assim me sentindo como se fosse proprietário porque a gente vem fazendo como que seja da gente...

B - E como é esse sentimento de ter?

Z - Eu me sinto bem demais, como se eu tivesse comprado, tivesse tirado o dinheiro do bolso e tivesse pago. O que eu quero, eu tenho, tenho a minha terrinha pra mim plantar, tenho a beira do rio, tenho a capineira pra eu tratar dos meus bichos, temos um açude, é coisa que... de proprietário, né?

Muitos assentados se sentem assim, mas não sem dificuldades ou conflitos internos e externos. Se os poderes externos dos quais depende o assentamento representam um enigma quase insolúvel para esses trabalhadores, não há por que imaginar que a distribuição dos poderes dentro do assentamento seja sem problemas, inclusive porque, de algum modo, essa configuração interna dos poderes não é totalmente desvinculada das relações do grupo e de determinadas pessoas, com grupos ou pessoas dos diversos órgãos governamentais e não-governamentais de apoio à reforma agrária. Inclusive, os primeiros presidentes da associação eram também membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá e isto, naturalmente, significava o contato sistemático com muitos outros mediadores dessa relação entre os assentados e o Estado. E isto também tem conseqüências.

O fato é que o Estado concede determinadas coisas sob determinadas condições; quando essas condições não são, por diversos motivos, cumpridas, o que acontece? Muitas coisas podem acontecer dependendo de com quem se está contracenando. Nesse sentido, é notória a diferença de relacionamento dos assentados com as instituições governamentais responsáveis pela execução e fiscalização de projetos, tais como o INCRA, CEPA, etc. e o relacionamento com o Banco do Nordeste do Brasil, BNB, por exemplo. Em geral, o financiamento de todos os projetos virtualmente

existentes num assentamento reivindica a adequação ou a submissão da comunidade a certas exigências, tanto que muitos assentados preferiram ficar fora de muitos projetos, fato que naturalmente produziu um desnível econômico imediato, evidente e problemático entre os assentados. A existência da alternativa tem o poder de produzir dois discursos ou duas interpretações: uma de adesão ao projeto e outra de rejeição. Isto não significa, porém, que o discurso de adesão seja apenas a outra face da adesão efetiva, prática, pois, muitas vezes, o discurso é a única face da adesão. Concorde-se, pois, publicamente, com uma coisa e se faz outra ou nada se faz. Vejamos, a propósito disto, como eles têm absorvido a idéia de *coletivo*.

Embora provoque controvérsias entre os assentados e muitos resistam à sua adoção, é a partir e em função do coletivo que é construída a nova identidade desses trabalhadores. O coletivo introduz arranjos da lógica econômica capitalista nas formas tradicionais de organização do trabalho na comunidade. Este processo é explicado por Sá (1984:30) em estudo sobre a resistência de trabalhadores rurais da Baixada maranhense à introdução das roças comunitárias propostas por padres missionários:

Como é próprio ao modo de produção capitalista, a roça comunitária tende a autonomizar a esfera do econômico, reunindo os produtores numa unidade de produção por laços puramente econômicos, desvinculando-se esta unidade da unidade de consumo. Se a unidade de consumo continua sendo a família, a de produção se desvincula completamente dela. Os indivíduos reunidos na roça comunitária não o fazem por serem parentes, compadres ou vizinhos, mas porque se propõem a realizar uma tarefa proposta por um agente externo à comunidade (e aqui o padre é mais do que nunca o patrão) e que os atenderá em alguns fins econômicos.

Enquanto na unidade doméstica o número de pessoas da família determina as exigências da produção, na roça comunitária a relação se inverte, e são as exigências da produção (comunitária e para o mercado) que determinam o número de pessoas necessário.

Por outro lado, os sistemas de parentesco, compadrio e vizinhança não atuam como definidores das relações de trabalho, porque na roça comunitária os indivíduos não se relacionam por modelos diádicos, mas enquanto grupo.

Pelas razões expostas por Sá, além de outras, muitos assentados resistem ao coletivo, embora não possam recusá-lo porque ele não é somente a base, mas também o preço da condição de assentado. Embora, em tese, os técnicos neguem que haja essa imposição, ouvimos de diversos trabalhadores, e lemos nos planos de ação para o assentamento, que grande parte do crédito se destina exclusivamente a atividades desenvolvidas coletivamente. Não estamos nos referindo a investimentos na infraestrutura geral do imóvel ou investimentos em máquinas grandes ou caminhões, nós nos referimos, especialmente, às imposições na forma de organização do trabalho agrícola. É claro que a recusa de muitos trabalhadores em participar de alguns projetos pode ser explicada por isto.

Por outro lado, mesmo aqueles assentados que concordaram em se submeter às condições requeridas por certos projetos, concordaram apenas para conseguir o financiamento ou quaisquer outras vantagens. De fato, internamente, longe dos olhares fiscais, os assentados vão construir os mais curiosos arranjos para escapar do modelo imposto. É ilustrativo o caso do roçado irrigado. Planejado para ser trabalhado coletivamente, o roçado irrigado reuniu todos os assentados (um trabalhador por família) num grande mutirão que, desde seus primeiros dias, mostrava sinais de inviabilidade. Acostumados a controlar seu próprio tempo e ritmo de trabalho, esses trabalhadores se viram de uma hora para outra fiscalizados por sessenta outros. Alguns passaram a reclamar porque se sentiam trabalhando mais que outros. Já outros se aproveitavam da confusão de tantos para trabalhar o mínimo possível. No final, a colheita foi dividida entre todas as famílias assentadas igualmente, independentemente de *como* cada representante de família trabalhou, tendo sido bastante que todos tenham trabalhado a mesma quantidade de dias. As queixas acumuladas impediram, já no segundo plantio, que a proposta de mutirão sobrevivesse. E então, ao invés de todos os assentados juntos, vários grupos se formaram em função de relações de parentesco e amizade. Este novo modelo permitia negociações diferenciadas em cada grupo e novos

rearranjos. Permitiu, por exemplo, que os trabalhadores fossem em dias alternados para o roçado e que cada grupo estabelecesse regras próprias e mais flexíveis. Essa flexibilidade tornou-se possível principalmente por causa da afinidade entre os membros do grupo, uma vez que é bem mais fácil negociar com parentes e afins. Apesar da flexibilidade em relação ao primeiro modelo, também este se esgotou cedo, ou seja, funcionou por duas ou três safras, e foi sendo substituído pelo modelo que afinal perdura até hoje: cada família cuida do hectare a que tem direito no roçado irrigado. Agora se juntam apenas para dividir a conta da energia elétrica, mas mesmo isto com problemas, uma vez que alguns não têm dinheiro no dia devido e isto obriga outros a arcar com esses ônus para não perderem o direito à energia necessária à irrigação.

Como participavam os técnicos desse processo? De um modo geral, eles realmente acreditavam que as formas coletivas eram *superiores* às individuais e todo o seu esforço se dava sempre no sentido de tentar convencer esses assentados a adotar as primeiras. Cogitam a incapacidade de organização desses camponeses, o seu egoísmo, mas jamais a possibilidade de que estes podem estar certos e, eles, planejadores errados.²³ Não encontrando nos técnicos o apoio de que necessitam nessa primeira fase de assimilação da nova identidade, esses assentados passam a não mais discutir com aqueles as dificuldades do novo cotidiano. E quando têm que informá-los sobre o andamento dos projetos e da organização, relatam somente aquilo que sabem que o técnico gosta de ouvir.

Muitos são os motivos dessas estratégias de sobrevivência que adotam. Em geral, elas são introduzidas na comunidade pelos assentados mais próximos dos intermediários externos, haja vista que estes quase sempre têm certa consciência do jogo e da necessidade de jogá-lo. Fazer a cena, jogar, não parece ter sido uma escolha da comunidade; pelo contrário, parece representar muito mais o oposto, ou seja, a falta de escolha. Todavia, é necessário fazer mais considerações em torno da introdução da dissimulação nas práticas sociais desses trabalhadores. O sistema cultural tradicional se estabelece com base na diáde

²³ Para maiores explicações sobre a adoção desse pensamento coletivista nos assentamentos da reforma agrária, ver Paula Andrade (1992).

patrão-morador. As regras são aceitas pelos dois e a submissão das duas partes às regras do sistema é uma garantia da sua manutenção, a infração às regras produz, a médio e longo prazos, a sua transformação em outras ordens de significação. Geralmente, o trabalhador se submete à dominação do patrão, isto é, em geral o trabalhador não finge que se submete, mesmo porque a submissão não é um substantivo abstrato, ao contrário, concretiza-se em ações determinadas e específicas. O trabalhador não pode fingir que trabalha diante do patrão. Neste caso, ele trabalha ou não trabalha, não há meio termo, ou seja, não há espaço para manobras. Por outro lado, ou o morador está na sua roça ou na roça do patrão, ou dá os vinte votos da sua família ao patrão ou não dá e assim por diante. As regras são claras e a fiscalização é fácil. É um universo completamente alheio ao dos assentamentos da reforma agrária, em que as hierarquias não são suficientemente bem estabelecidas e nem tudo passa pelo administrador principal, o INCRA; nem mesmo a orquestração, a não ser, claro, em discurso. Do contrário, como explicar as atitudes dos técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos ou mesmo de outros da Secretaria de Educação que passaram por este assentamento com o objetivo de organizar cursos de alfabetização de adultos e nunca mais voltaram? Ou, por que fingir que certas regras estão sendo cumpridas quando se sabe ou se vê que não estão?

Os assentados desconhecem a positividade dos seus coadjuvantes e, mesmo os técnicos, que podem dialogar e se solidarizar com os assentados em muitas situações, não têm o poder de resolver os seus problemas, principalmente quando a solução depende da modificação de estatutos, leis, etc. Se, por outro lado, as soluções não dependem dos caminhos das leis e estatutos, dependerão, no mínimo, das veredas da burocracia, o que continua significando grande distância do problema à solução. De fato, os assentados não desconhecem apenas o Estado que os patrocinou, desconhecem também as diversas motivações das tantas personagens que surgem nesse novo enredo. Necessitam de tempo para a separação do joio do trigo. Enquanto isto não se dá, finge-se que se aceita o outro e o seu discurso. No caso desses assentados, o jogo é mais que tudo uma estratégia de sobrevivência. Eles fingem aceitar as condições impostas porque a burocracia não oferece a alternativa da mudança no ritmo das

possibilidades das suas histórias. Por outro lado, eles não se sentem à vontade para manifestar o que são e, conseqüentemente, dizer que não fizeram o prescrito porque não queriam, não podiam ou não conseguiam. Sentem-se, pois, obrigados a fingir que aceitam os modelos alienígenas que lhes são impostos. Substituto de uma relação dialógica, o fingimento é imposto nesse relacionamento entre o Estado e aqueles que o Estado nomeia beneficiários das políticas sociais em geral, pois, apesar dessa *onda* do participativo, o que impera é o planejamento unidirecional, que somente considera os interesses dominantes. Exemplo disto é o BNB que, com créditos especiais do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste - FNE, para financiamento de projetos de pequenos produtores associados, continua operando segundo a lógica do velho, nsustentável e oneroso modelo em que só quem fala é o Estado. O preço do monólogo é a perigosa ignorância de quem, a todo custo, quer imprimir à tartaruga o ritmo da lebre. O caso do melhoramento do plantel do assentamento revela muito bem o alcance de uma visão obsoleta que hoje quer se passar por holística e sustentável. Depois de três anos de trabalho e desgaste, quando o rebanho comprado com recursos do FNE começaria a render, e talvez recompensar de forma perceptível os assentados, estes foram dissuadidos pelos fiscais do BNB, não apenas verbalmente, mas através de documento em que se avaliava a organização do grupo, que aliás não deveria ser a sua função, a de vender o rebanho exatamente um ano antes do final do prazo de carência do financiamento. Alegava-se problemas da organização e gerência do assentamento e temor de que o crescimento da inflação tornasse impossível o saldo do débito.

De fato, o que ocorre é um tratamento evidentemente desigual em função da posição de classe do cliente. A despeito das diferenças entre eles, o Banco, assim como outros agentes envolvidos nesse processo, nem “quer” nem “acredita” que os assentados possam ter sucesso nesse empreendimento. Apesar da preocupação em dividir recursos escassos, já que os assentados surgem como um grupo a mais na disputa, as classes dominantes locais também não acreditam que os assentados tenham condições de ser bem sucedidos. Um médico proprietário, vizinho do assentamento, perguntava-me: *Você que tá estudando esse pessoal... você acha mesmo que esse povo tem futuro? Um povo ignorante, que não sabe*

ler nem escrever, que não sabe mandar? Você deve saber mais do que eu, mas o que me dizem é que o que mais tem lá é confusão pra ver quem manda. Não sei não... Um negócio sem um chefe, sem um cabeça...

Se a ascensão social de uma ou outra pessoa isoladamente é vista como algo essencialmente positivo, que ratifica ideologias que defendem que o lugar de cada um é determinado por esforços particulares, a possibilidade de ascensão de um grupo ou classe social cria toda sorte de dificuldades, tanto práticas como ideológicas. O discurso acima revela que, como propõe Bourdieu (página 124), as ideologias socialmente produzidas não vêm nem como natural nem razoável a possibilidade da ascensão desses camponeses.

À GUIA DE CONCLUSÕES OU A FICÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

Explicando os motivos pelos quais o Brasil se preocupa tanto com a forma, com as aparências, Martins (1993:06) afirma que somos herdeiros de uma cultura barroca, e cultivamos principalmente aquilo que os outros vêm, muitas vezes com o objetivo exclusivo de mostrar. “*O importante não era,*” diz Martins (idem, ibidem) *nem é, fazer alguma coisa pela necessidade substantiva de que fosse feita, mas para que fosse vista, para que os outros pensassem que ela estava sendo feita a sério.*” Com essas características, o Brasil torna-se mestre na arte da exposição e certas instituições dominam tão bem o método ou a arte da exposição que teria sentido, por exemplo, falar da arte de mostrar e visitar escolas, como afirma Castro (1994:194). No caso dos assentamentos, antes mesmo de criarem qualquer tradição, também começa a se construir uma arte de mostrar e visitar assentamentos. Nesta pesquisa, conseguimos juntar farto material sobre o assunto, principalmente porque, neste sentido, o assentamento da Fazenda Califórnia foi privilegiado desde as suas origens e logo cedo aprendeu as primeiras lições da dissimulação. Apenas para que se tenha uma idéia do exagero, mesmo antes da decisão final sobre quem seria ou não beneficiário do programa, já havia técnicos do INCRA filmando e explorando a *bem-sucedida* história do assentamento da Fazenda Califórnia. Talvez supusessem que duro teria sido desapropriar os

antigos proprietários? Vencida uma batalha, supuseram vencida a guerra? Alguns assentados têm explicações mais pragmáticas para as razões da transformação do assentamento em vitrine

“Tudo isso que nós temos aqui a gente deve a uma pequena organização que nós temos. A gente não considera grande, mas há uma pequena. (...) O Governo está mostrando isso, que veio gente aqui do INCRA, juntamente com o pessoal do Banco Central pra mostrar, mas isso é pra vir dinheiro pra eles lá. Eles mostram a organização que tem na Califórnia, que está dando certo... Como o Ministro que veio aqui e disse que o assentamento que mais está dando certo é o da Califórnia, porque eles estão trazendo pra mostrar um canto que tem essas coisas, que a gente conta que está caminhando desse jeito. Aí ele vai e... é pra conseguir verba pra lá, para o Banco, pra eles... Aí a Califórnia fica como amostra: ‘Tá aqui, tem um canto que está desse jeito! Vamos ver se vem o dinheiro pra gente executar nos outros cantos! Eu, pra mim, eu penso dessa forma... Eu já até abri os olhos do pessoal... A gente já começou a dizer aí nas reuniões: Pessoal, essas visitas constantes, que agora parou, mas pra trás era constante mesmo, gente aqui, retrato, jornal. Veio gente da Rede Globo fazer filmagem e tal. Isso é pro Governo mostrar que quer dinheiro, pra vir dinheiro pra aplicar nas outras áreas, que na Califórnia está dando certo... (presidente da associação, maio de 1989).

O assentamento constitui-se em exemplo de sucesso antes de se constituir em assentamento propriamente dito. Inclusive, as primeiras filmagens para divulgação ocorreram antes mesmo de o Programa de Ação Imediata (PAI) começar a ser implementado, e generalizam o que é restrito e provisório, isto é, mostram o desenvolvimento de trabalhos comunitários em projetos dos quais menos da metade da comunidade participou. É o caso especificamente do Projeto São Vicente, onde, das 59 famílias definitivamente beneficiárias do assentamento,²⁴ somente 19 participaram. De fato, essas atitudes demonstram que esses programas de desenvolvimento, apesar de toda a retórica, não se interessam efetivamente

²⁴ A emigração verificada na área, após 4 anos do assentamento das 59 famílias beneficiadas, em 1988, foi de menos de 10%, pois, até 1992, apenas 5 famílias tinham desistido e sido substituídas por outras.

pelo destino do que propõem, nem mesmo, nesse caso da reforma agrária, do ponto de vista do incremento na produtividade agrícola ou da diminuição do êxodo rural, pois se houvesse preocupações efetivas, não se divulgaria o ser antes da sua gênese, mesmo porque o ovo não é a melhor expressão da virtualidade de um dado código genético.

O fato é que esses trabalhadores começam a se relacionar com as diversas instituições governamentais, tendo como parâmetro esse rico aprendizado da “representação” que, a despeito da eficácia que, circunstancialmente, possui, revela muito mais a sua fragilidade do que a sua fortaleza,²⁵ sobretudo, porque, ainda como afirma Martins (1993:7), “aquilo que fazemos no âmbito do civilizado e moderno é apenas uma farsa, uma aparência, uma representação que depende da apreciação e da aprovação do outro, do estrangeiro, do que tem poder e dinheiro.”

A representação é também um perigoso jogo que produz um distanciamento cada vez maior da substância de cada um dos representados e, por outro lado, seus limites são próximos e nítidos como as pernas da mentira. Mesmo assim, esses assentados são forçados a mostrar o que não são e os técnicos a julgar principalmente o que não vêem, ou seja, as intenções e a sua virtualidade.

Como nem só de circo, vigias e desejos vivem os assentados, além da representação, precisam produzir para vender e para comer e, agora também, para, após os prazos de carência dos empréstimos, começar a pagar suas contas. Eles não têm tanta certeza de que nesse momento também vigorará a farsa. Ao contrário, eles têm consciência de que nem todos podem tirar proveito dessas farsas e de que as leis são eficientes contra os pobres ou as classes trabalhadoras. É por isto que fazem tanta questão de que as placas de informação e divulgação sobre os projetos veiculem os números corretos. Afinal, é sobre eles que terão que pagar as suas dívidas. Pelo sim, pelo não, e apesar das tantas subversões no seu modo tradicional de plantar, colher, vender e viver, esses assentados, não sem esforço, procuram repetir a mesma fatigante rotina dos seus

²⁵ James Scott (1985) interpreta semelhantes práticas de representação como práticas cotidianas de resistência, mas ele também enfatiza que essas práticas são principalmente fruto da fraqueza desses camponeses.

antepassados, a de agricultores, só que agora, além de ficar à mercê das intempéries, também ficam à mercê do governo e de todos os seus representantes. A despeito de todos os problemas que o presente das novas relações envolve, praticamente todos preferem as coisas tal como estão agora. Seria este o preço que teriam que pagar pela cidadania alcançada? Ou ainda, poderíamos chamar isto de cidadania?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. 1992. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Unicamp.
- BERGAMASCO, S. et al. 1990. Assentamentos de Trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva do seu passado/presente. *Ciênc. Soc. Hoje*.
- BESERRA, B.L.R. (s.d.). A Educação Popular Entre a Ciência e a Fé: Novas Questões de Um Velho Dilema. *Rev. Educ. Debate*. Fortaleza. no prelo.
- BESERRA, B.L.R. 1989. *Diários de sombras e de luzes - Um estudo sobre os aposentados rurais*. Campina Grande, UFPB. Tese de mestrado. datilografado.
- BESERRA, B.L.R. 1991. Antigamente e hoje: relações tradicionais de trabalho vs. cidadania. In: *Brasil: Norte e Nordeste - Estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Anpocs.
- BESERRA, B.L.R. 1993. Reforma agrária e modernização da agricultura no Ceará. In: XIMENES, T. (org.). *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém, UFPA.
- BESERRA, B.L.R. 1994. Clientelismo e Modernidade: o Caso do Programa de Reforma Agrária no Governo Tasso Jereissati. *Cad. Ciênc. Sociais. sér. Estudos e Pesquisas*. Fortaleza (28).
- BESERRA, B.L.R. 1995. A Semântica da Luta ou Quando os negros se descobrem homens. In: *Relatório de Pesquisa*. Fortaleza. CNPq/UFC. datilografado.
- BOURDIEU, P. 1983. *Textos*. São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CANETTI, E. 1995. *Massa e poder*. São Paulo, Companhia das Letras
- CASTRO, C.M. 1994. *Educação brasileira - consertos e remendos*. Rio de Janeiro, Rocco.
- CETREDE/MIRAD. 1988. *Plano de ação imediata (PAI)*. P.A. Califórnia - Quixadá - Ce. Fortaleza. datilografado.
- CHAUÍ, M. 1987. *Conformismo e resistência*. São Paulo, Brasiliense.
- DAMASCENO, M.N. 1992. *Algumas reflexões sobre as formas de trabalho associativo nos assentamentos*. Fortaleza. datilografado.

- DURKHEIM, E. 1978. *Textos*. São Paulo, Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- FOSTER, G.M. 1964. *As Culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FOUCAULT, M. 1990. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GARCIA JR., A.R. 1982. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GARCIA JR., A.R. 1990. *O Sul: caminho do roçado*. Rio de Janeiro, Marco Zero: Brasília, UNB.
- GEERTZ, C. 1978. *Interpretação das culturas*. São Paulo, Zahar.
- HEREDIA, B. 1979. *A Morada da vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEVI-STRAUSS, C. 1986. *De Perto e de Longe: Entrevista a Didier Eribon*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LEVI-STRAUSS, C. 1976. Raça e História. In: *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- LIMA, E.Q. 1946. *Antiga família do sertão*. Rio de Janeiro, AGIR.
- LINHART, R. 1976. *Lenine, les paysans, Taylor: Essai d'analyse materialist de la naissance du system productif sovietique*. Paris, Editions du Sevil.
- LINTON, R. 1976. *O Homem - uma introdução à antropologia*. São Paulo, Martins Fontes.
- LUXEMBURG, R. 1951. *The Accumulation of Capital, with introduction by Joan Robinson*. London, Routledge and Kegan Paul.
- MAIR, L. 1979. *Introdução à antropologia social*. São Paulo, Zahar.
- MARTINS, J.S. 1993. *A Dissimulação em nosso modo de ser*. Rio de Janeiro, CEDI (Tempo e Presença, 271).
- MENDRAS, H. 1978. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- NAKANO, Y. 1981. A Destruição da Taxa de Lucro na Agricultura, *Rev. Econ. Polít.*, 1(3):3-16.
- OLIVEIRA, R.C. 1983. *Enigmas e soluções*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- PALMEIRA, M. 1977. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*. Niterói, 2(2).
- PAULA ANDRADE, M. 1992. A Coletivização da Produção em Assentamentos de Reforma Agrária. *Cad. CEAS* (142).
- PAZ, O. 1976. *Signos em rotação*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- POULANTZAS, N. 1990. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal.
- PROJETO de Assentamento Califórnia. (s.d.). Fortaleza, Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária/Grupo Executivo de Reforma Agrária.

- QUADRO recente da Agricultura e Trajetória dos Movimentos Sociais no Campo do Ceará-1965/1985. 1991. Fortaleza. ESPLAR. datilografado.
- RUBEN, G.R. 1986. Teoria da identidade: uma crítica. *Anu. Antropol.* Rio de Janeiro, 86.
- SAHLINS, M. 1990. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SCOTT, J. 1985. *Weapons of the weak - Everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London, Yale University Press.
- SCOTT, R.P. 1991. Usando etnografia para avaliar políticas sociais: anotações iniciais. Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste, 2. Anais. Recife, UFPE/CNPq/FINEP/ABA.
- SOARES, L.E. 1981. *Campesinato: ideologia e política*. São Paulo, Zahar.
- WANDERLEY, M.N.B. 1992. Modernização da agricultura e legitimidade social. Encontro Anual da ANPOCS, 16. Caxambu. datilografado.
- WOLF, E.R. 1984. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo, Global.
- ZIMMERMANN, J. (1993), Desenvolvimento sustentável e agricultura. Rio de Janeiro, CEDI. (*Tempo e Presença*, 261).

Recebido em 03.07.95
Aprovado em: 13.05.96